

## **MOVIMENTOS SOCIAIS:**

### **o movimento dos trabalhadores (1978-1985) no Estado de Goiás**

#### **Isabella de Faria Bretas**

Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2013-2015) e doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (2021). Atua em propostas de Educação Patrimonial e como Historiadora Coordenadora / Pesquisadora Autônoma desde 2010, exercendo os cargos em projetos destinados a proteger e preservar os patrimônios materiais e imateriais das áreas impactadas por grandes empreendimentos, como construções de ferrovias, rodovias, barragens, linhas de transmissão, entre outros.

E-mail: [isabella.bretas@gmail.com](mailto:isabella.bretas@gmail.com)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é ressaltar a importância do Movimento dos Trabalhadores (MT) e compreender como um movimento social pode atuar, concomitantemente, como movimento na medida em que é fluido e também como partido porque possui um quadro de pessoas que permanece na organização independente de qual luta esteja ocorrendo. Para tanto é necessário compreender como o MT valorizava o autonomismo que nega, na prática, o aparelhismo do movimento por organizações estranhas a ele. Os autores-base utilizados neste artigo, cujas teorias e metodologias nortearão a pesquisa são: Gramsci e sua concepção de partido político como organizador dos trabalhadores, Lênin com a proposta de partido centralizado e sintetizador de diversas lutas e o próprio Marx como a grande referência no início da luta anticapitalista.

**Palavras-chave:** movimento dos trabalhadores; autonomia; partido político.

## **SOCIAL MOVEMENTS:**

### **the movement of workers (1978-1985) in Estado de Goiás**

**Abstract:** The purpose of this article is to highlight the importance of the Movimento dos Trabalhadores (MT) and understand how a social movement can act, concomitantly, as a movement to the extent that is fluid and also as a party because it has a cadre of people who remain in the organization regardless of which struggle is taking place. For this, it is necessary to understand how MT valued autonomy which, in practice, denies the apparatus of the movement by organizations foreign to it. The authors of this article, whose theories and methodologies will guide the research are: Gramsci and his conception of political party as organizer of the workers, Lênin with the proposal of

centralized party and synthesizer of diverse fights and Marx as the great reference at the beginning of the anti-capitalist struggle.

**Keywords:** movement of workers; autonomy; politics.

### 1.1 Conceitos de movimentos sociais e o próprio MT

O Movimento dos Trabalhadores (MT) foi uma organização baseada nas concepções leninistas que avançou na formulação a respeito da independência dos trabalhadores. Fundado no final do ano de 1978 por Augusto de Franco e Alberto Gomes de Oliveira (Bacurau), entre outros, o MT valorizava, sobretudo, o autonomismo que nega, na prática, o aparelhismo do movimento por organizações estranhas a ele. A intervenção organizada deveria vir da própria organização autônoma dos trabalhadores. Os autores-base utilizados neste artigo, cujas teorias e metodologias nortearão a pesquisa são: Gramsci e sua concepção de partido político como organizador dos trabalhadores Lênin com a proposta de partido centralizado e sintetizador de diversas lutas e o próprio Marx como a grande referência no início da luta anticapitalista.

Conceituar os movimentos sociais e tentar compreendê-los no âmbito brasileiro é importante para contextualizar o Movimento dos Trabalhadores em sua base principal que seria o marxismo. Para isso, o método marxista, ou seja, a dialética materialista como conhecimento da realidade, é possível por ser vista pelo olhar do proletariado e como produto da luta dessa classe.

A pouca eficácia do Estado diante de sociedades que passam por profundas contradições sociais e instabilidades políticas, além da presente acumulação do capital, possibilitou, ao longo de anos, o surgimento de manifestações emancipadoras por parte da camada social pouco beneficiada. Wolkmer (2006, p. 48), na obra *Pluralismo Jurídico*, aborda o tema e contribui ao dizer que:

[...] o novo sujeito histórico coletivo articula-se em torno do sofrimento – às vezes centenário – e das exigências cada vez mais claras de dignidade, de participação, de satisfação mais justa e igualitária das necessidades humanas fundamentais de grandes parcelas sociais excluídas, dominadas e exploradas da sociedade.

Nesse ponto de vista uma pluralidade de sujeitos compõe os movimentos sociais que são encarados como sujeitos detentores de uma nova forma de pensar, lutar e buscar fazer valer direitos já conquistados e novos direitos que surgem com a transformação da sociedade no decorrer do tempo. Problemas históricos como a exclusão, a desigualdade material dos sujeitos e o prevailecimento da classe dominante em detrimento da massa popular sempre foram e ainda são fatores que impulsionam o desejo por mudanças, por rupturas de paradigmas e justificam a continuidade da existência dos movimentos sociais. Novamente Wokmer (2006, p. 49) auxilia no entendimento a respeito do tema:

É neste contexto de exclusão, carências e necessidades materiais que se situam as práticas cotidianas e insurgentes dos movimentos sociais, que, ainda que com certas limitações são portadores potenciais de novas formas de se fazer política, bem como fonte informal geradora de produção jurídica.

Ainda que haja resistência por parte da cultura oficial dominante, é inegável a importância desses movimentos na luta por aspirações da coletividade como direito à dignidade humana, à segurança, à moradia, à saúde, à educação, ao trabalho, ou seja, carências e necessidades básicas. Ao analisar as principais reivindicações pelas quais os movimentos sociais lutam, é impossível dissociá-los do conceito de classes, uma vez que se estas não existissem, os movimentos, possivelmente, teriam outros ideais. O movimento é a “intervenção das massas na vida política. Não há nada que possa determinar que tais intervenções vão produzir resultados sociais revolucionários, mas elas são o elemento necessário, embora não suficiente, dessa possibilidade” (BARKER, 2014, p. 17). Dessa forma, a perspectiva marxista está presente durante toda a análise uma vez que os movimentos são resultados óbvios dos processos de exploração e de dominação capitalistas. A ação coletiva em si não pode ser menosprezada e nem ser desconsiderada as razões que levam à mobilização como as ideologias e crenças. Scherer-Warren (1989, p. 21) define os movimentos sociais como:

uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Apesar de ser um conceito relativamente, amplo não se pode negar a centralidade da luta de classes porque este é o principal elo capaz de formar grupos com ideologias e objetivos iguais e de maneira tão sólida a ponto de lutarem juntos por eles. O Estado capitalista e as políticas sociais sempre, no passado e ainda no presente, giram a partir dos interesses de classe. Para Lojkine (1981, p. 292) o movimento social é definido

pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema sócio-econômico em vigor.

Nessa perspectiva, considera-se aqui o movimento social como expressão da luta de classes e “será definido, em última instância, por sua capacidade de transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu” (LOJKINE, 1981, p. 298). Importante ressaltar que lutar pela transformação não equivale a dizer que o movimento seja revolucionário. Outro autor que auxilia no conceito mais ligado ao marxismo é Castells (1983, p. 461)

Por movimento social urbano entendemos um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de força na luta de classes, quer dizer, em última instância no poder do Estado.

O autor acima também não dissocia a luta de classes dos movimentos sociais uma vez que se refere a uma relação, ainda que indireta, entre problemas urbanos e interesses de classe e a capacidade dos sujeitos de questionarem as leis estruturais da sociedade.

Alguns autores renomados como Touraine (1989), Melucci (1980) e o contemporâneo Nildo Viana não inserem o movimento social atual totalmente na perspectiva marxista e questionam a capacidade da teoria referida de analisar a questão alguns anos depois, com as transformações que ocorreram na busca pelo direito. Em resposta a isso é importante ver como a lógica capitalista está inserida nos setores

sociais ainda que desconectada da economia e como as várias formas de dominação existem em todos os níveis seguindo uma suposta lógica que entende que a relação de poder deve existir porque sempre vai haver o poder do detentor dos meios de produção e o que aceita a subordinação vendendo a sua força de trabalho.

Até mesmo a questão ambiental, vista por alguns como um *novo* movimento social com *nova* necessidade, obedece a lógica marxista porque diz respeito à destruição dos recursos naturais para exploração e maximização de lucro e acumulação de capital. Portanto, os conflitos podem ir além do universo da relação de trabalho, mas a essência, na qual existe um beneficiado e um explorado, prevalece em todos os sentidos sociais e, por tal motivo, obedecem à lógica marxista. Em outras palavras, os conflitos são resultados das “mesmas causas estruturais e suas práticas se opõem aos efeitos combinados produzidos pelo sistema” (VAKALOULIS, 2003, p. 89). O problema está ligado provavelmente ao fato de que não há uma teoria marxista desenvolvida sobre os movimentos sociais plenamente e sim sobre sindicatos, partidos e movimento operário. Mas, a partir do momento que se entende que o movimento operário sempre foi um movimento social por excelência, é possível vincular o conflito de classes devido ao capitalismo nos movimentos da atualidade. Ainda que alguns não surjam apenas da luta de classes, não se situam no exterior da relação capital/trabalho e aspiram por transformações. Galvão (2008, p. 13) diz:

Os movimentos sociais emergem num contexto determinado, no qual há uma dificuldade de apreender a esfera política (as dificuldades de se exprimir através das instituições disponíveis, dos canais de representação tradicionais). Ou seja, eles não exprimem uma rejeição à política, tampouco de dirigem somente ao Estado. Eles têm projetos próprios, alternativos, expressam uma tentativa de transformação da sociedade.

Sempre há aqueles que se sentem prejudicados e marginalizados pela configuração do sistema que obedece a uma lógica de dominação capitalista e, nesse sentido, nenhum autor poderia oferecer mais subsídios do que o próprio Marx para a discussão. Essa ideia também é defendida por Vakaloulis (2005, p. 132):

A origem comum [dos diferentes movimentos sociais], se é que existe uma, está no fato de que certos grupos sociais dominados entram em conflito, de forma direta ou indireta, com a materialidade das relações

de poder e de dominação, mas também com o imaginário social marcado pela dinâmica da valorização/desvalorização.

Nesse sentido, todos os movimentos sociais visam a mobilização para uma consequente transformação social uma vez que o sistema falha ao marginalizar pessoas que não se enquadram no perfil padrão há muito imposto pelas relações de poder. O próprio movimento, cuja atualidade não pode ser questionada, para aceitação e mudança de gêneros, tem a base voltada para instituições religiosas cujo poder faz com que sejam elas dominantes ditando modos de agir aos dominados. Ainda que de maneira diferenciada, essa relação é voltada para o sistema de trocas, no qual o fiel oferta o dízimo mensal ou semanal, enquanto a autoridade religiosa contribui para que a eternidade seja favorável a este fiel. Portanto, mais uma vez, defende-se que os movimentos sociais existem devido ao capitalismo dominante: “Todo movimento social em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas” (BÉROUD *et al*, 1998, p. 58).

Os movimentos sociais, portanto, não devem ser considerados elementos desconectados da base econômica e nem dos interesses materiais. Compreender que em todos eles estão presentes a ideologia, a diferença de classes, a política e a economia é reconhecer que a perspectiva marxista é relevante na análise desse tema. Mouriaux (1995, p. 184) diz sobre isto:

Nós não queremos proclamar a unidade do movimento social a priori. Nós tentamos ver qual era a raiz comum, o que faz com que as mulheres, os desempregados, os sem-teto, os assalariados, se mobilizem. Há em comum a recusa do liberalismo enquanto lógica de um sistema econômico que é cega [...] Essa lógica do lucro atinge níveis de irracionalidade e é isso que unifica o movimento social atualmente: a recusa da desumanidade, mas trata-se ainda de um movimento bastante distinto, tanto por sua origem, pelos grupos sociais que são implicados, quanto por suas reivindicações.

Homens e mulheres habitando territórios nacionais estão vinculados a uma série de mecanismos de regulação e controle estatal em um sistema cujos valores se refletem no acúmulo de bens. Em uma sociedade cuja maioria carece de bens tanto materiais e produtos, como bens fundamentais como saúde e educação, há de ser

previsível que, em algum momento a insatisfação eclodiria em manifestações, mobilizações, reivindicações e movimentos sociais. Segundo Galvão,

Trabalhar com as contradições de classe ajuda a compreender os conflitos, as resistências dos dominantes à ação das classes dominadas, sobretudo quando elas são capazes de desvelar e apontar para as causas da desigualdade e da exploração” (2008, p. 15).

A busca por valores diferentes e por uma maior visibilidade diante de um sistema que não foi construído para os que vivem à margem, os sujeitos se reúnem em torno de ideologias, pensamentos, expressão da própria vontade para requererem o direito de existirem diante de toda a sociedade.

Este artigo será dividido em dois momentos principais. O primeiro discorrerá sobre o contexto o qual o país se encontrava e que, de certo modo, impulsionou o surgimento de várias frentes de luta de resistência contra o período ditatorial, incluindo o próprio Movimento dos Trabalhadores. O segundo diz respeito aos teóricos que nortearam a pesquisa para a confecção deste artigo, como já mencionados: Gramsci, Lenin e Marx; Gramsci com a sua concepção de partido político como organizador dos trabalhadores, Lênin com a proposta de partido centralizado e sintetizador de diversas lutas e Marx com seus ideais anticapitalistas e socialistas.

### **Movimento dos Trabalhadores**

O Movimento dos Trabalhadores, surgido no final da década de 70, em Goiás, defendia um projeto autonomista que, segundo documentos oficiais da própria organização, revela a crença na possibilidade de as massas organizarem-se autonomamente em função da transformação revolucionária da sociedade. Evidentemente, a questão da autonomia é a questão do poder. O Movimento tem autonomia na medida em que tem poder de se organizar e de se administrar por si mesmo, e é tanto menos autônomo, quanto mais recebe de instâncias externas, as normas as quais se submete.

O Movimento dos Trabalhadores surge, portanto, a partir da tentativa de autonomia das massas, da articulação global de todas as organizações, sem a

interferência externa do partido, pois o partido se organiza a partir da própria organização das massas. O MT foi um dos movimentos que mais aglutinou forças na formação de um partido de massas no campo popular e que se concretizou no Partido dos Trabalhadores (PT). Em um primeiro momento, o Partido dos Trabalhadores incorporou não só bandeiras populares, mas as formas organizacionais dos movimentos populares no Brasil, como, por exemplo, a formação de núcleos por local de trabalho e moradia, representação desses mecanismos nos instrumentos de direção, etc. O PT foi possivelmente o único partido que se aproximava de uma tipologia de “partido de massa”, nos moldes das organizações socialistas cujas tentativas de implantação já haviam sido realizadas em outros países.

A temática sobre o Movimento dos Trabalhadores aborda concepções leninistas sobre a formulação da independência dos trabalhadores que discutem, sobretudo, a questão da autonomia. Essa questão é central na problemática política do marxismo e envolve toda a discussão sobre revoluções, estratégias de luta e ideologia dos trabalhadores e militantes de esquerda. As lutas reivindicavam liberdades democráticas, resistência à ditadura, ainda que não fosse o confronto direto, reforma agrária, direitos trabalhistas no campo e na cidade, uma vez que o MT também tinha bases urbanas como, por exemplo, na construção civil, na luta por moradias, etc. Por meio de organismos autônomos de trabalhadores, ligados ao campesinato ou assalariados agrícolas uma dimensão revolucionária destacou-se devido ao mérito próprio dessas organizações.

### **Contexto nacional**

Para melhor compreensão do motivo do surgimento do Movimento dos Trabalhadores bem como de suas posições políticas faz-se necessária uma breve contextualização do panorama nacional. Em 1964, com o golpe militar, houve a ofensiva contra todos os movimentos sociais no Brasil, um combate significativo às Ligas Camponesas no nordeste, ao movimento operário, ao movimento estudantil, à luta de Trombas e Formoso em Goiás, ao nascimento dos sindicatos sob a influência do Partido Comunista do Brasil na região de Inhumas, Itauçu, Vale do São Patrício, etc. A ofensiva do Estado para controlar as organizações sindicais da classe trabalhadora ocorreu, drasticamente.

Devido a esses e outros fatores, em 1967, cresceu no país a reação ao regime militar, mobilizando diversos setores sociais e políticos e cujas expressões podem ser vistas em variados protestos, como por exemplo, a Passeata dos Cem Mil, entre outros. Setores radicais de esquerda começaram a atacar o governo com ações clandestinas armadas, como assaltos a bancos, sequestro de diplomatas e atentados contra autoridades e unidades militares.

Diante da crescente movimentação, principalmente, por parte dos estudantes e da classe operária, entre os anos 1968 e 1970 o próprio governo toma a iniciativa de fundar sindicatos de trabalhadores rurais e, em Goiás, isso ocorre em Catalão, Anápolis, Nova Veneza e Bela Vista. A Federação de Trabalhadores no mesmo estado é fundada e os Sindicatos de Trabalhadores rurais nesse período também foram organizados por iniciativa do governo e, na maioria das situações, em parceria com a Igreja Católica. Ambos queriam ficar livres do “fantasma do comunismo” que influenciou os movimentos camponeses.

Concomitantemente a essas ocorrências, o Estado de Goiás passava por um período de transição, as iniciativas de modo de produção capitalista no campo estavam se fortalecendo com as construções de usinas de açúcar e álcool, plantação de soja, milho, algodão, entre outras culturas de forma mecanizada. Houve uma grande transformação no modo de produção rural e conseqüentemente da propriedade da terra, uma vez que meeiros e pequenos proprietários passaram a ser assalariados rurais residentes nas periferias da cidade. Em relação aos centros urbanos, os movimentos sociais também passaram por um controle estatal, seja por meio da repressão ou pela cooptação. Programas como a “Aliança para o Progresso” eram, teoricamente, destinados a acelerar o desenvolvimento econômico e social, mas ao mesmo tempo visavam frear o avanço das correntes socialistas e comunistas. O governo possuía, entre outros objetivos, o de conter as massas “revolucionárias”.

Entre os anos 1970 e 1975 alguns grupos e raras diretorias de sindicato, influenciados pelas reflexões críticas promovidas pelas comunidades eclesiais de base da Diocese de Goiás, iniciam uma análise da política Sindical dos Trabalhadores rurais e também da estrutura fundiária do Brasil. Este e outros acontecimentos marcaram o início de novas iniciativas nos movimentos de Trabalhadores Rurais em Goiás e, a partir de 1974, trabalhadores rurais de diversos municípios iniciam a formação de grupos de oposição sindical. O contexto de surgimento do MT, portanto, não é mais o da repressão

aberta, mas o da distensão lenta e gradual, onde o governo militar procurava controlar os movimentos sociais não só através da repressão em si, mas também da estrutura sindical e partidária.

Nesse contexto nasce o Movimento dos Trabalhadores com as seguintes bases como elementos fundadores: Movimento de luta dos moradores de Ceilândia, no Distrito Federal, Movimento de luta do Jardim Nova Esperança (ocupação em Goiânia), Oposição Sindical dos Trabalhadores na construção civil de Goiânia, outras lutas populares na mesma cidade, diversos movimentos de trabalhadores rurais do interior de Goiás. Toda a conjuntura nacional influenciou nesses movimentos e, inclusive, no surgimento do MT e, o entrevistado e ex-líder do movimento complementa:

O certo é que a ditadura militar influenciou toda a esquerda brasileira, provocando uma profunda autocrítica quanto aos seus projetos e propiciando o nascimento de novas formas de organização dos trabalhadores em todo o Brasil de Norte a Sul. No interior do campo popular se estabelecia uma consciência generalizada da necessidade de uma autocrítica pois avaliava-se o isolamento da esquerda durante a ditadura militar, mas também as antigas convenções principalmente em relação a Partido e Movimentos Sociais. Discutia-se a necessidade de lutar pela independência e autonomia dos movimentos sociais não só em relação ao Estado, mas também em relação aos partidos, e outras coisas. É inserido nesse contexto que nasce o Movimento dos Trabalhadores (Alberto Gomes Bacurau, entrevista concedida em 9 de julho de 2016)

Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores (MT) defende a intervenção organizada mas nega a subordinação desse mesmo movimento à instâncias exteriores a ele, como o Estado, partidos e organizações. O MT era, então, uma organização política cujo objetivo era, simultaneamente, a destruição do estado burguês e a construção das bases da nova hegemonia e do novo poder político do proletariado rumo a uma sociedade sem classes sociais e sem estado (Regimento Interno, 1980). Os integrantes do movimento deveriam formar e manter em funcionamento as organizações independentes e autônomas dos trabalhadores, cuja sigla é OIAT. Consequentemente, haveria a construção de “estruturas de autonomia” no interior do movimento capazes de possibilitar as lutas.

O embate direto com o Estado não era o objetivo, mas sim defender seus ideais na perspectiva de fortalecer organizações independentes, mas o confronto ocorreu em

alguns momentos, já que “incomodaram” o poder público que estava ciente dos acontecimentos ligados ao MT. Alberto Gomes, o já citado Bacurau, discorre durante a entrevista:

Não chegamos a ter embates diretos com o Estado, a União e seus órgãos repressivos. Esta ausência de embate direto talvez tenha acontecido por algumas razões como por exemplo, o MT nasce com esta identidade já no final da década de 70 quando outras articulações nacionais ocupavam as preocupações da ditadura militar como as diretas já, articulações para fundação da CUT, PT, etc. O MT nasce mais como articulação de grupos de base que participavam de lutas sociais no campo, periferia da cidade e luta operária. Mais especificamente, grupos que atuavam pela base na oposição sindical dos trabalhadores rurais de Goiás, Associações de Moradores em Goiânia (Parque Amazônia), Oposição Sindical da construção civil em Goiânia. Lutas de ocupação urbana como Areião, e desde o início da ocupação do Jardim Nova Esperança, que depois de um período romperam com o MT.

Em Carmo do Rio Verde assassinaram o militante Nativo da Natividade que era dirigente, também do Movimento dos Trabalhadores e, de acordo com o entrevistado e alguns documentos da organização essa morte foi planejada por prefeitos de duas cidades e associações patronais. Em Itaberaí assassinaram Tarcísio Satil de Medeiros, também integrante do MT no período. Ao acessar essas informações, conclui-se que, de uma maneira ou de outra, o movimento era uma espécie de ameaça ao poder público e este atuou de forma repressiva como era o costume durante a ditadura militar no Brasil.

O MT teve atuação, também, no nascimento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e participou, então, do ENOS (Encontro Nacional de Oposições Sindicais), posteriormente, participou do ENTOES (Encontro Nacional de Trabalhadores de Oposições Sindicais) e ainda da ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais). O MT defendeu a construção de uma central que não fosse apenas sindical, mas sim pela base e articulasse movimentos sindicais e populares. O entrevistado contribui:

A primeira direção da CUT, Central Única dos Trabalhadores em Goiás, contou com a participação de representantes de lutas populares de periferia, de oposições sindicais, e de diretorias de Sindicatos. Depois também participamos da fundação do PT, onde defendemos prioridade aos núcleos de base e defesa das bandeiras sociais, como por exemplo, “TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA”. Quanto às pessoas, o movimento era mais conhecido pelas lideranças e quadros do que

massivamente, até porque quem era conhecido da massa era o sindicato, as lutas, o PT, que é ainda o Partido dos Trabalhadores e outros. Na verdade a gente tentou né, lutar pelos nossos ideais, aquilo que a gente acreditava e pelas causas sociais dos operários e trabalhadores do campo principalmente. A situação não estava fácil. Pode ser que sem a existência da ditadura o MT existisse da mesma forma, não sei, imagino que lutaríamos de todo jeito por melhores condições mas talvez não fosse tão urgente assim, o ideal comunista, não sei. Difícil saber. (Alberto Gomes Bacurau, entrevista concedida em 29 de julho de 2017).

Nessa perspectiva conclui-se que a ditadura militar brasileira influenciou na organização do MT, nos seus ideais defendidos e objetivos. O seu declínio ocorreu devido ao fato de os próprios integrantes descobrirem a impossibilidade de uma ação significativa sem que houvesse uma efetiva organização que centralizasse as discussões e norteasse as lutas das massas de trabalhadores. A proposta inicial do Movimento, de conquista da autonomia foi, possivelmente, o que contribuiu para que sua existência se desfizesse anos após o seu surgimento.

### **Os teóricos**

O Movimento dos Trabalhadores acreditava na importância do partido político como um centro organizador, mas não como um centro imposto de fora para dentro do movimento, mas como parte dele e sujeito a ele, como uma síntese organizativa do movimento.

O MT participava formalmente de um partido que era o PT descrito acima, mas ele também funcionava como um partido, não só no sentido ideológico, mas como partido na prática porque ele tinha uma proposta, uma organização interna, uma perspectiva teórica e política. Ele pretendia, dentro do PT ganhar a direção do PT, ou seja, é um partido no sentido de Gramsci porque busca organizar a ação da classe, ainda que os próprios ex-integrantes não percebam e não assumam esse posicionamento. O MT funcionava, portanto, como um partido nos termos do Gramsci; é como um organizador dos trabalhadores, numa perspectiva ético-política, o objetivo era organizar para buscar a hegemonia e conquistar o Estado.

Uma das indagações do referido autor serve como princípio basilar para se pensar em partido político nos termos do MT: “Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar em ‘partido político?’” (GRAMSCI, 2002, p. 349). Segundo o mesmo autor:

[...] todo grupo social, nascendo do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 2004, p. 15)

Gramsci complementa ainda que os intelectuais são historicamente formados e que compõem “categorias especializadas para o exercício da função intelectual”. Nesse sentido, é possível que as duas classes, tanto proletariado quanto burguesia, criem seus intelectuais, especializados, cuja função é conscientizar a classe da qual pertencem, de forma a garantir uma coesão e uma coerência com o campo econômico. Sobre a questão do papel organizativo que cumprem esses intelectuais, Gruppi (1980) acrescenta:

Intelectual é o dirigente da sociedade, o quadro social. Um cabo do exército, embora analfabeto, segundo Gramsci, é um intelectual, porque dirige os soldados; intelectual é também um chefe das ligas de assalariados agrícolas, ainda que analfabeto, como eram muitos deles na época de Gramsci, porque organiza os trabalhadores, dirige-os e educa-os. (GRUPPI, 1980, p. 84)

Gruppi (1980) salienta, então, o papel do intelectual numa tríade: organização-direção-educação, que não deve ser separada e nem ser realizada por um intelectual solitário; deve ser realizada com outras pessoas em uma organização, em uma instituição, enfim, em um partido. Gramsci se atém ao problema dos intelectuais com relação ao partido:

O que se torna o partido político em relação ao problema dos intelectuais? É necessário fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o próprio modo de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dada as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva [...] 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que se realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um grupo, o dominante e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente da dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes,

elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. (GRAMSCI, 2004, p. 24).

Gramsci complementa ainda que o partido, independente da qualidade de seus intelectuais, exerce uma função “que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (2004, p. 25). Nesse sentido é possível visualizar o Movimento dos Trabalhadores como partido político pois tinha organicidade, grupos de estudos, e educação dos membros de teorias marxistas. Pode-se entender, com a leitura de Gramsci que a função do partido é transformar seus componentes em agentes políticos qualificados, dirigentes e organizadores. São entidades dedicadas à formação, desenvolvimento e qualificação de novos intelectuais, além da realização de atividades fundamentais à classe da qual pertencem e são “orgânicos”.

Outro ponto discutido pelo autor é “o partido como organização prática (ou tendência prática), isto é, como instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional e internacional”. Nesse sentido, pode-se perceber que o partido está voltado à resolução de problemas que não podem ser enfrentados na área da produção, da infraestrutura, mas sim na região da superestrutura. Então, muitas organizações autodenominadas “não-governamentais” e “apartidárias” na verdade funcionam sim como partidos políticos, uma vez que tencionam organizar, educar e dirigir, tendo como princípio base a formação dos dirigentes, Assim, “os partidos podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de ‘negação dos partidos” (GRAMSCI, 2004, p. 326). Segundo este raciocínio, Gramsci, complementa dizendo que “o partido é essencialmente político e até mesmo sua atividade cultural é atividade de política cultural”

O Movimento dos Trabalhadores, é, portanto, um partido político nas concepções de Gramsci uma vez que organizou por determinado período a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Além disso, preocupou-se em educar seus integrantes, tanto no sentido teórico, com debates e estudos sobre referenciais teóricos relevantes quanto na luta em si. No momento de embate político e armado. O confronto dessa forma ocorreu poucas vezes como visto acima, mas ainda assim não se pode deixar de citá-lo.

Em relação ao outro teórico que embasou a análise sobre o MT enquanto partido político, Lenin, ele não faz apologia a um modelo único e universal de organização. Pelo contrário, em sua obra existem modelos variados e o desenvolvimento de suas ideias está intimamente ligado ao desenvolvimento do próprio movimento revolucionário russo. Na primeira fase da produção teórica de Lênin, presente na sua obra “Projeto e Explicação do Programa do Partido Social-Democrata” datada de 1895, o autor acreditava que a consciência de classe (revolucionária) nasceria diretamente das próprias lutas operárias, como, por exemplo, a luta dos operários contra os patrões dentro das fábricas. A ideia era que a luta econômica produziria uma consciência política de classe socialista e, unindo as lutas isoladas, teria, por fim, a consciência revolucionária. Em outras palavras, a consciência nasceria de maneira espontânea e inevitável por meio das lutas nas fábricas. Comprovando essa ideia, na obra referida, Lenin afirma:

[...] a luta dos operários contra os fabricantes por suas necessidades quotidianas, por si só e de maneira inevitável joga-os de encontro a problemas relativos ao Estado e a política, problemas referentes a como se governa o Estado russo, como se promulgam as leis e os regulamentos e a que interesses servem (LENIN, 1895, s/n).

Mas, ao contrário do previsto, as greves de 1895 e 1896 não fizeram com que se formasse tal consciência defendida pelo autor e tampouco uma organização partidária sólida. Buonicore esclarece:

O resultado deste processo foi que Lênin rompeu definitivamente com as teses economicistas e passou a estudar com mais atenção o problema da relação entre a luta econômica-corporativa dos operários e o processo de constituição de uma consciência revolucionária e socialista. O problema do Partido começou a ganhar relevo na construção teórica de Lênin. Consolidou-se nele a ideia de que somente o Partido revolucionária poderia assegurar às lutas econômicas de massa uma saída política adequada. (BUONICORE, 2003, s/p).

Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores também encaixa ao se fazer uma conexão entre a sua atuação e as ideias difundidas por Lênin. O Movimento, a medida em que organizou as lutas dos trabalhadores, ainda que tenham ocorrido de maneira

isolada, também funciona, portanto, como partido nas concepções deste autor. As lutas tinham cunho econômico, mas também político já que um dos objetivos era derrotar a hegemonia da classe dominante por meio das organizações de base. Por tais motivos, defende-se que o MT foi a organização leninista, enquanto partido revolucionário, que mais avançou na formulação a respeito da independência dos trabalhadores. As lutas teriam que ter autonomia dentro de uma organização ainda que clandestina resultando num cruzamento vertical, representando um suposto partido, e horizontal que seriam as lutas em si.

Nesse viés, o movimento popular difere do movimento sindical e o MT surge disso, com a tentativa de unificar as lutas, com a intenção de que existisse uma articulação global de todos esses movimentos, mas sem um partido externo que o organize. O que eles não perceberam é que, portanto, com essas ideologias, o próprio MT torna-se, na realidade, um partido com uma visão diferenciada já que acreditava na própria autonomia, sem outras instituições externas tendo qualquer tipo de controle. Outra peculiaridade é que o movimento não é oriundo de uma organização prévia porque a maioria dos integrantes já possuía um histórico de uma militância de base.

Sobre a independência e autonomia, Lênin contribui novamente:

Em todos os países europeus, o socialismo e o movimento operário em seu início, existiram separadamente. O movimento operário não sendo iluminado pela ciência de vanguarda de sua época continuava reduzido, fracionado, sem adquirir nenhuma importância política. Por isto em todos os países vimos manifestar-se com força a tendência de fundir-se o socialismo como o movimento operário num único movimento social-democrático, essa função dá origem a uma forma superior do movimento operário e socialista, o Partido Social-Democrata independente (LENIN, 1899, s/p).

Lenin começa então a combater energeticamente o espontaneísmo que, para ele negava o papel da teoria revolucionária, da construção de uma sólida organização partidária para evitar que a ideologia socialista sucumbisse à ideologia burguesa sobre os operários. Para ele, “todo rebaixamento da política social-democrata ao nível da política sindical resume-se exatamente em preparar o terreno para fazer o movimento operário um instrumento da democracia burguesa”. Nada se poderia esperar do movimento espontâneo das massas e este é talvez o principal motivo que levou ao declínio o Movimento dos Trabalhadores. Lênin também contribui nessa análise porque

reforça exatamente o problema de deixar as massas organizarem-se por si mesmas. E a autonomia pregada pelo MT pode ter contribuído para a falta de organização das lutas e, conseqüentemente, estas perdiam forças já que aconteciam de maneira “espalhada” pelo território brasileiro. Buonicore (2003, s/p) parece concordar com essa ideia originária de Lênin:

Levando ao limite algumas formulações presentes em “Que Fazer?”, poderíamos chegar a conclusão de que o proletariado não teria capacidade revolucionária autônoma e tenderia espontaneamente a fazer, eternamente, o trade-unionismo, submetendo-se passivamente a dominação política da burguesia. Lênin parece que, em tese, admitia que o proletariado pudesse ser instintivamente revolucionário e que, até mesmo, tenderia para o socialismo. Mas, de fato, para ele, esta capacidade permaneceria “em potência” enquanto os intelectuais revolucionários não as trouxesse à tona.

Ainda sobre a questão da autonomia, outro autor que contribui para a análise e percebe o problema a ser discutido é Maciel (2018) por este ter representado uma lacuna na obra de Lênin e também no marxismo de maneira geral. A capacidade ou incapacidade dos trabalhadores de organizarem a si próprios e as suas lutas ainda não foi desvendada frente aos movimentos populares:

Enquanto a questão da tomada do poder é objeto de uma reflexão detalhada e sistemática, que evolui conforme o ritmo e as contradições do movimento revolucionário, a questão do poder proletário ficou limitada a formulações genéricas em torno dos problemas da auto-extinção do Estado proletário, da democracia popular e da superação das diferenças entre dirigentes e dirigidos. [...] A ausência de sistematização produziu uma lacuna fundamental na obra de Lênin e por conseqüência na própria trajetória intelectual do marxismo no século XX: o problema da autonomia.

A fórmula desenvolvida por Lênin de organização impunha a necessidade de um partido clandestino e centralizado, mas a realidade russa dificultava a realização de um debate interno. Alguns anos após, já em 1906, Lênin faz uma revisão de suas ideias e culmina naquelas que, de fato, nortearam o Movimento dos Trabalhadores durante sua existência:

Não foi nenhuma teoria, nenhum apelo, nem a tática ou a doutrina de nenhum partido, mas a força da própria realidade que levou um órgão sem partido, de massas, a necessidade de desencadear a insurreição e os converteu em seu órgão. Passando por cima das organizações, a luta proletária das massas converteu-se em revolução. Da greve política geral, o movimento elevou-se ao grau superior.

Tem-se no trecho anterior uma nova visão de que as massas, espontaneamente revolucionárias, é que indicavam o caminho da revolução aos dirigentes socialistas e não o contrário. Na realidade, Lênin compreendia o partido como um instrumento que deveria estar à serviço da revolução e não como um fim em si mesmo. O partido deve adaptar-se ao processo revolucionário e não a revolução ao partido. Nessa perspectiva, não existe, como dito anteriormente, um modelo único de organização leninista. O que existem são princípios gerais, ideologias, teorias e pensamentos. Buonicore (2003, s/p), uma vez mais esclarece essa ideia:

O que existem são alguns princípios gerais que poderíamos, a grosso modo, definir: um partido de vanguarda vinculado organicamente com a luta do proletariado, um partido comprometido com a ruptura em relação a ordem capitalista e com a conquista do poder político para os trabalhadores.

A mudança e adaptação à realidade (re)formuladas por Lenin também é objeto de discussão de Maciel (2018):

Ao longo de quase 30 anos a obra elaborada por Lênin, como intelectual e como dirigente revolucionário, aprofunda e teoriza diversos temas e problemas, adaptando seu pensamento à realidade ao mesmo tempo em que procurava transformá-la. Ao contrário do pretense dogmatismo de sua formulação e da rigidez de seu raciocínio, afirmada por determinadas leituras, tanto à direita, quanto à esquerda, sua obra evolui e se modifica ao longo do tempo, das conjunturas e das tarefas do movimento revolucionário, desenvolvendo e aprofundando determinados temas e problemas, mas também modificando outros radicalmente (MACIEL, 2018, p. 54).

Este talvez seja o principal ponto, a intenção de romper com o sistema capitalista que é criticado duramente por Marx, outro dos principais teóricos que norteiam a atuação do Movimento dos Trabalhadores durante os anos de sua vigência.

Lênin concorda e, em suas obras, destaca as teses de Marx e Engels relativas à necessidade de extinguir o Estado burguês para a criação do socialismo, ou seja, a necessidade de uma ruptura política com a dominação burguesa o que origina a necessidade da revolução. O marxismo seria essa ciência revolucionária. Maciel (2018) esclarece sobre a posição de Lênin:

[...] a leitura “realista” e anti-dogmática da sociedade russa o fez conceber o marxismo como um organismo vivo, inserido e elaborado no processo da luta social, e não por qualquer instituição acadêmica. A luta social confirma ou não a sua justeza teórica e é sua fonte de ajustes, correções e novos desenvolvimentos. No entanto, a luta não existe plenamente sem a teoria, daí a sua famosa afirmação de que sem teoria revolucionária não era possível movimento revolucionário. Mais do que nunca, esta perspectiva deve ser retomada.

Esse marxismo tenta romper com as classes sociais, com o Estado e com a relação entre proletariado e donos dos meios de produção. A sociedade defendida por Marx deveria obedecer a uma ditadura do proletariado porque somente assim poderia satisfazer a uma maioria cujo sistema capitalista tenciona manter como classe dominada. Marx define o que seria essa ditadura:

a ditadura de classe do proletariado como ponto de trânsito necessário para a abolição das diferenças de classe em geral, para a abolição de todas as relações de produção em que aquelas se apoiam, para a abolição de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a revolução de todas as ideias que decorrem destas relações sociais (MARX, 1982, p. 291).

E no Manifesto do Partido Comunista ele complementa dizendo que,

[...]o primeiro passo na revolução proletária é a passagem do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia na luta. O proletariado usará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia” (MARX e ENGELS, 1982, p. 124).

Diante dos escritos, conclui-se que essa “diferença de classes” só seria possível com a expropriação da burguesia e a socialização dos meios de produção. Maciel esclarece:

Isto indica que Marx entendia o conceito de ditadura do proletariado de modo integral, não-politicista, não só como um processo de ruptura política que quebrasse o Estado burguês e instituísse a democracia direta, mas como uma revolução social que desencadeasse a abolição das classes e todas as suas consequências sociais e ideológicas, por meio da expropriação do capital, do fim da separação entre capital e força de trabalho (MACIEL, 2011, p. 22)

Tal ditadura, defendida por Marx seria, possivelmente, o único meio de libertar a humanidade, para sempre, dos regimes das classes.

### **Considerações Finais**

Os movimentos sociais, no Brasil, surgidos entre 1960 a 1980 tratam, mais a fundo, de uma luta pelo resgate da identidade, pela dignidade, pelo fortalecimento dos direitos humanos individuais e coletivos, contra a privatização de direitos básicos, por uma nova forma de democracia em que seja levada em consideração a vontade popular em se pensar e fazer política, entre outras questões. A relação entre neoliberalismo e movimentos sociais é evidente.

O Movimento dos Trabalhadores surgido no final da década de 1970 também recebeu essa influência das correntes comunistas que cresciam em todo o mundo devido ao conflito entre EUA e União Soviética. A influência de pensadores como Gramsci, Lênin e Marx foi inegável, pois tais pensamentos intelectuais marxistas e suas ações como revolucionários, ainda que encarcerados como no caso de Gramsci, continuaram inspirando projetos e práticas ao longo das décadas. O objetivo de despertar as massas sempre oprimidas pelo imperialismo foi confirmado pelos movimentos revolucionários que permearam todo o século e se disseminaram por todo o mundo. O Movimento dos Trabalhadores é só mais um entre tantos exemplos de movimentos que veem no socialismo a única alternativa de futuro à barbárie capitalista. Eles com as ideias dos pensadores citados devem ser referência para os lutadores sociais e para aqueles que sonham com a transformação social.

As metodologias apontadas no decorrer deste ensaio se mostraram essenciais para as interpretações e análises realizadas porque permitiram o contato com ex-integrantes do Movimento estudado. Com isto, conseguiu-se bastante documentos que,

depois de analisados, contribuíram para a compreensão do que foi, de fato o MT, dos aportes teóricos que norteavam os dirigentes e o contexto no qual esteve inserido.

### Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ANDRADE, Daniel. Os “novos movimentos sociais” e os paradigmas das classes: é possível conciliá-los? In: Estudos de Sociologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, v. 13, n. 12. 2009, p. 139-151.

BRESCIANI, Maria Stela. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8, 1984.

BUONICORE, Augusto César. Lênin e o partido de vanguarda. **Revista Princípios**, ed. 69, p. 8-54, 2003.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5 ed. São Paulo: Futura, 2001.

FRANCO, Augusto de. **Autonomia e partido revolucionário**. Goiânia: Ferramenta, 1985.

FREDERICO, Celso (Org.). **A esquerda e o movimento operário 1964/1984**. V. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Classes Sociais e Movimentos Sociais. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Quaderni del cárcere**. V. 3, 8 ed. Torino: Einaudi, 2004.

GREEN, James Naylor. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964 – 1985**. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HALL, Richard. **Organizações: Estrutura e Processos**. Prentice Hall do Brasil. Rio de Janeiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Descaminhos da Modernidade: Identidade e Movimentos Sociais no Brasil. **Revista Catarinense de História**, nº 3. Florianópolis: 1995.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1986.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Tipologia documental de partidos e associações políticas**. São Paulo: Loyola, 1999.

MACIEL, David. **Argamassa da Ordem**: da ditadura militar à Nova República (1974 - 1985). São Paulo: Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. Lênin, Partido e Revolução: Notas Curtíssimas. Humanidades em foco. **Revista Ciência, Educação e Cultura**, nº 4. Out/Nov/Dez, 2004.

\_\_\_\_\_. Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula. **Universidade e Sociedade**, nº 46. Brasília, DF: Andes-SN, 2010, p. 120-133.

\_\_\_\_\_. Marx e a Comuna de Paris. In: **Revista História Revista**, v. 16, n. 2, p. 151-175, 2011

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl & ENGELSD, Friedrich. **Obras escolhidas**. Tomo I. Lisboa: Avante, p. 95-136, 1982<sup>a</sup>.

MIRZA, Christian Adel. **Movimientos sociales y sistemas políticos em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. Classe Social, consciência de classe e luta de classes. In: **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Alberto Gomes de. **Entrevistas concedidas a autora em julho**, 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível ao dizível”. In: Experimentos com história de vida. Itália-Brasil. SIMSON, O. M. de (Org.). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários. Universidade de Brasília**. Brasília, DF: UNB, 1983.

SCHERER – WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SCHMIDLI, William Michael. **The Fate of Freedom Elsewhere, Human Rights and U.S. Cold War Policy toward Argentina**. Cornell University Press, Ithaca, 2013.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **Política habitacional brasileira: frente e verso**. São Paulo: Cortez, 1989.

STREY, Marlene Neves. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TROMPSON, Paul. **A voz do Passado História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue**: Política e Sociedade na América Latina. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. V. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010.